



CONTABILIDADE E SERVIÇOS, LDA

CIRCULAR 02/2013

RBC – REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO

Lisboa, 26 de junho de 2013

Estimados clientes:

Como certamente estão recordados, já nos pronunciámos por duas vezes, pelo menos, sobre o regime de bens em circulação. A primeira foi logo após a aprovação do DL 198/2012, de 24/8, através da nossa Circular 02/2012 e a segunda foi com a Circular 01/2013 sobre o OE2013, na qual fizémos uma referência importante a uma alteração ao RBC.

Sendo uma matéria eminentemente a ver com a gestão das empresas, não perspectivámos voltar a abordar este assunto. Contudo, tendo sido publicadas duas portarias (160/2013 e 161/2013) e face a alguma confusão que ainda persiste junto dos agentes económicos, com os sucessivos adiamentos por parte da Administração Tributária (AT), entendemos por bem fazer uma resenha deste regime.

Para começar, o (novo) RBC entra em vigor a 1/7/ ou seja, na próxima segunda-feira.

De seguida, gostaríamos de fazer uma distinção, importante, entre emissão do Documento de Transporte (DT) e a sua comunicação à AT.

Em termos de emissão do DT, sempre foi obrigatório os bens transaccionáveis serem acompanhados por um documento, emitido em três vias, duas delas a acompanhar os bens, pelo que, esta parte, na sua generalidade, não é controversa. Uma das exclusões do RBC são os transportes intracomunitários, pois o CMR é suficiente.

Quanto à comunicação à AT, apenas é obrigatória para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 100.000€, o que exclui muita “gente”.

Também se o adquirente for um não sujeito passivo (particular) não existe a obrigação de comunicação (excepto num caso muito específico, que não vamos aqui tratar).

Uma questão muito colocada no passado (e no presente) tem a ver com a indicação da matrícula da viatura no DT. Resposta: não é obrigatória.

Os DT são:

- Fatura (ou Fatura-Recibo);
- Guia de remessa;
- Guia de Transporte;
- Nota de Devolução;
- Documento equivalente.

A Fatura Simplificada não serve de documento de transporte!

A comunicação do DT pode ser dividida em duas fases:

- Comunicação da emissão do próprio DT;
- Comunicação dos dados do DT – inserção.

Se a emissão do DT for feita por via informática, estas duas fases são cumpridas simultaneamente. Se a emissão do DT for efectuada pela via papel tem de ser feita, antes do início do transporte, por via telefone, havendo 5 dias úteis para a inserção dos dados no portal.

Muito importante: para uso da via telefónica é necessário obter um código através do portal das finanças.

Por último gostaríamos de referir um aspecto que comunicámos na Circular 01/2013, que pode resolver muitos problemas: se os bens forem acompanhados da fatura (sendo esta feita por via informática) não é necessário outro documento de transporte nem é necessário fazer a comunicação prévia (pois as facturas vão ser comunicadas até ao dia 25 do mês seguinte).

A finalizar, gostaríamos, desde já, de fazer um pedido de desculpas aos nossos clientes por, nesta altura do ano, estarmos totalmente empenhados em elaborar as vossas IES e preparar o registo das vossas contas na Conservatória, pelo que a nossa disponibilidade em termos de horário não é a melhor.

Assim, sugerimos, além da leitura atenta das nossas circulares, a vossa atenção nas FAQ's em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/faturas/m_doctransp.html que certamente responderão a todas as vossas dúvidas.

Se, mesmo assim, restar alguma questão que não esteja lá colocada, cá estaremos para os ajudar.

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira